

# O PAPEL DA ANPEI NO PROCESSO DE INOVAÇÃO NO BRASIL

**Sarah de Rezende Guerra**

[sarahguerra@gmail.com](mailto:sarahguerra@gmail.com)

Universidade Federal de Santa Catarina, SC/Brasil

## RESUMO

Estamos vivendo a era do Conhecimento onde a inovação é o principal veículo para transformar o conhecimento em valor para a sociedade. Nesse contexto, a inovação tecnológica é a melhor forma para incrementar o desenvolvimento econômico de cada país. Nesse quadro ganha destaque a estruturação e operação o Sistema Nacional de Inovação e suas instituições componentes e a forma como contribuem para o desenvolvimento da capacidade inovativa do país. O objetivo deste trabalho é analisar o papel da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras - ANPEI no processo de inovação tecnológica no Brasil assim como a sua contribuição para o fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação. A pesquisa realizada se caracteriza como bibliográfica e documental. Foram analisados livros, artigos e documentos a fim de identificar como essa entidade atua e quais as formas que ela encontra para estimular a inovação e fazer com que esse processo aconteça dentro das empresas.

**Palavras chave:** Inovação; Sistema Nacional de Inovação; ANPEI.

## INTRODUÇÃO

Estamos vivendo uma era marcada pelo conhecimento, a denominada “sociedade do conhecimento”. Durante as últimas décadas, o mundo presenciou um notável avanço nas mais diversas áreas do conhecimento. Essa nova onda marcada pela crescente importância da inovação, caracteriza a chamada terceira revolução industrial que ocorreu inicialmente em um reduzido grupo de Países que estiveram na vanguarda do desenvolvimento científico, entre eles os Estados Unidos, o Japão e as principais economias da Europa (MCTI, 2012).

O desenvolvimento econômico dos países está se baseando, cada vez mais, na inovação e no desenvolvimento científico e tecnológico. Com esse entendimento vários países, têm colocado a inovação e o apoio à pesquisa e desenvolvimento (P&D) como eixos centrais de suas estratégias de retomada do crescimento, de enfrentamento de crises e de promoção do crescimento no longo prazo (MCTI, 2012).

O Brasil depois de muitos anos de atraso em relação a outros países no que se refere a fomento e investimentos em atividades de inovação, devido a questões econômicas e políticas, que levaram o País a adotar uma cultura passiva em relação à transferência de tecnologia, começa a reverter esse cenário mais recentemente.

Atualmente quando falamos em inovação tecnológica, podemos observar um cenário marcado pela busca constante de competitividade, produtividade e de atendimento às expectativas de mercado. Esse novo cenário destaca a importância da inovação e do conhecimento como fatores centrais para o crescimento da competitividade de empresas e nações. Lundvall (1992) destaca que “o recurso mais importante na economia moderna é o conhecimento” (LUNDVALL, 2007). Sendo

assim, a inovação se torna importante porque é o principal veículo de transformação do conhecimento em valor (SANTOS, 2010).

De acordo com Rossi (2010) a capacidade inovativa de um país pode ser explicada através da dinâmica do Sistema Nacional de Inovação (SNI) que Nelson (1993) define como o conjunto de empresas, organizações e instituições cuja interação reflete a performance inovadora das empresas. Nesse sentido, formar um sistema nacional de inovação bem estruturado se torna uma estratégia fundamental para consolidação de uma identidade de cultura para inovação.

Assim este trabalho tem como objetivo analisar o papel da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras-ANPEI, que surgiu em uma época em que a inovação era pouco conhecida e despertava interesse muito limitado na sociedade brasileira, no processo de inovação tecnológica no Brasil assim como a sua contribuição para o fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação. A pesquisa realizada se caracteriza como bibliográfica e documental, ANPEI a fim de identificar como essa entidade atua e quais as formas que ela encontra para estimular a inovação e fazer com que esse processo aconteça dentro das empresas.

## **1. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.1 Inovação e competitividade**

Diante de um cenário altamente competitivo no ambiente de negócio das organizações é essencial que as empresas invistam em inovação. A inovação tem sido destacada como o principal elemento diferenciador de organizações que buscam aumentar sua competitividade. De acordo com Carvalho, Reis e Cavalcante (2011) quanto mais inovadora uma empresa for, maior será sua competitividade e melhor sua posição no mercado em que atua. De acordo com a Lei do Bem (Lei 11.196/05) considera-se inovação tecnológica “a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando em maior competitividade no mercado”.

A terceira edição do Manual de Oslo (2005), responsável pelas definições mundialmente adotadas sobre inovação, traz uma importante modificação: expandiu o conceito de inovação, incluindo os modelos de marketing e organizacional. Segundo este documento, inovação é “a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas” (OCDE, 2005).

Atualmente as organizações enfrentam um elevado nível de competição no mercado. Nesse cenário a inovação ganha importância devido a sua estreita relação com a competitividade. Como a economia atual está fortemente baseada em conhecimento, produtos e serviços alicerçados nesse recurso se destacam e ganham valor adicional. Logo, a redução de custos passou a não ser mais suficiente. A qualidade se transformou em elemento essencial e não mais um diferenciador, tornando-se inerente a todo produto ou serviço. Portanto a inovação é o melhor caminho para as organizações melhorarem competitividade e lucrarem mais (CARVALHO, REIS e CAVALCANTE, 2011).

### **1.2 Sistema Nacional de Inovação - SNI**

Um dos maiores desafios da sociedade atual é o de transformar o conhecimento em inovação tecnológica. O crescimento de países como Estados Unidos, Alemanha e Japão demonstra como um ambiente nacional favorável pode ter uma considerável influência no estímulo às atividades inovativas. Sobre esse ambiente nacional favorável desenvolveu-se na literatura dedicada ao tema o conceito de Sistemas Nacionais de Inovação (VILLELA; MAGACHO, 2009).

Um dos principais formuladores do conceito de sistema nacional de inovação, Christopher Freeman (1987), define-a como sendo “a rede de relações de instituições do setor público e privado cujas atividades, interações iniciais e importações modificam e difundem novas tecnologias” (SANTOS, 2010).

Albuquerque (2004) estrutura o sistema nacional de inovação em um arranjo institucional envolvendo diversos participantes: 1 – firmas e suas redes de cooperação e interação; 2 – universidades e institutos de pesquisa; 3 – instituições de ensino; 4 – sistema financeiro; 5 – sistemas legais; 6 – mecanismos mercantis e não-mercantis de seleção; 7 – governos; 8 – mecanismos e instituições de coordenação. Esses componentes interagem entre si, articulam-se e possuem diversos mecanismos que iniciam processos de ciclos virtuosos.

De acordo com Santos, Botelho e Silva (2006) *apud* Villela e Magacho (2009) o Sistema Nacional de Inovação compõe-se do envolvimento e integração entre três principais agentes: o Estado, cujo papel principal é o de aplicar e fomentar políticas públicas de ciência e tecnologia; as universidades/institutos de pesquisa, aos quais cabe a criação e a disseminação do conhecimento e a realização de pesquisas; e, as empresas, responsáveis pelo investimento na transformação do conhecimento em produto (desenvolvimento). Um SNI necessita ser bem estruturado para garantir a interação e articulação de seus agentes.

O sistema de inovação brasileiro pode ser situado em um nível intermediário de construção e pouco eficiente se comparado aos sistemas de inovação de países desenvolvidos. O Brasil caracteriza-se por ser um país cuja industrialização e criação das instituições de pesquisa e universidades ocorreram em caráter tardio (Suzigan & Albuquerque, 2008). Somente em 1985, o país passa a ter um Ministério da Ciência e Tecnologia, que apenas em 2011 incorporou a palavra inovação, passando a chamar Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Quanto às políticas públicas houve também um esforço tardio para consolidação dos marcos legais voltados para incentivar a pesquisa científica e a inovação tecnológica no País. Destacam-se a primeira lei de incentivos fiscais para pesquisa e desenvolvimento (P&D), a lei 8.661, de junho de 1993, que acabou não produzindo muitos resultados e, posteriormente, a aprovação e regulamentação da Lei de Inovação (10.973/04) em 2004, da Lei do Bem (11.196/05) em 2005 e da Lei n.º 11.540, de 12 de novembro de 2007, as quais possibilitaram a diversificação de instrumentos de apoio à P&D e inovação no Brasil.

### **1.3 Inovação tecnológica no Brasil**

Segundo Santos (2010) a expansão econômica mais do que nunca depende da inovação. Uma economia normal e saudável não é a que está em equilíbrio, mas a que está constantemente sendo ‘rompida por inovações tecnológicas.

De acordo com a avaliação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico para Ciência, Tecnologia e Indústria realizada em 2013 o Brasil vem obtendo progressos significativos na inovação. O investimento em P&D está defasado com relação a algumas outras economias emergentes, notadamente a China, mas está à frente da Índia e África do Sul, e de outras economias latino-americanas como o Chile e o México (OECD, 2013).

A predominância do tipo de inovação (de produto, de processo, organizacional ou de *marketing*) que ocorre nos diferentes setores, em geral, está diretamente relacionada às diversas atividades inovativas empreendidas pelos diferentes países. No Brasil, as edições da Pesquisa de Inovação - Pintec apontaram que as inovações de processo sempre predominaram em relação às de produto (PINTEC, 2011).

Tabela 1: taxa de inovação na indústria extrativa e de transformação (1998-2011) segundo a PINTEC

| Período de referência | Taxa de inovação | Taxa de inovação de produto | Taxa de inovação de produto novo para o mercado nacional | Taxa de inovação de processo | Taxa de inovação de processo novo para o mercado nacional |
|-----------------------|------------------|-----------------------------|--|------------------------------|---|
| 1998 - 2000           | 31,52%           | 17,58%                      | 4,13%  | 25,22%                       | 2,78%   |
| 2001 - 2003           | 33,27%           | 20,35%                      | 2,73%  | 26,89%                       | 1,21%   |
| 2003 - 2005           | 33,36%           | 19,53%                      | 3,25%  | 26,91%                       | 1,66%   |
| 2006 - 2008           | 38,11%           | 22,85%                      | 4,10%  | 32,10%                       | 2,32%   |
| 2009 - 2011           | 35,56%           | 17,26%                      | 3,66%  | 31,67%                       | 2,12%   |

Fonte: (NEGRI E CAVALCANTE, 2013)

Observando a tabela ainda, podemos identificar que a taxa de inovação no triênio 2009-2011, que é medida pelo número de empresas que implementaram produto e ou processo tecnologicamente novo ou substancialmente melhorado em relação ao total de empresas industriais, foi de 35,56%. Pode-se notar que houve um declínio quando comparado com o triênio anterior (2006-2008), no qual a taxa foi de 38,11%. Esses percentuais ainda são relativamente baixos quando comparados à taxa de inovação de países europeus como Alemanha (64%), Bélgica (48%), Suécia (45%), Dinamarca (43%) (EUROSTAT, 2010 *apud* BERTOLI, 2013).

#### 1.4 Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras

Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras. (ANPEI), criada em 1984, é uma entidade sem fins lucrativos representativa do segmento das empresas e instituições inovadoras. A ANPEI atua junto às instâncias de governo, ao setor produtivo e aos formadores de opinião, disseminando

a importância da inovação tecnológica para a competitividade das empresas e o desenvolvimento do Brasil.

A ANPEI tem como missão “estimular a inovação nas empresas e elevar essa atividade à condição de fator estratégico para a competitividade e produtividade das companhias e para a política econômica, industrial, científica e tecnológica do País” (ANPEI, 2014). A ANPEI é a única associação brasileira multisetorial e independente que reúne os principais profissionais que praticam inovação ancorada em tecnologia e geração de negócios de alto valor agregado.

Com 30 anos de história completados em 2014, a associação tem um importante papel dentro do Sistema Nacional de Inovação, congregando empresas inovadoras, instituições científicas e tecnológicas (ICTs) e governo, possuindo assim uma visão privilegiada dos problemas e das oportunidades da inovação no Brasil.

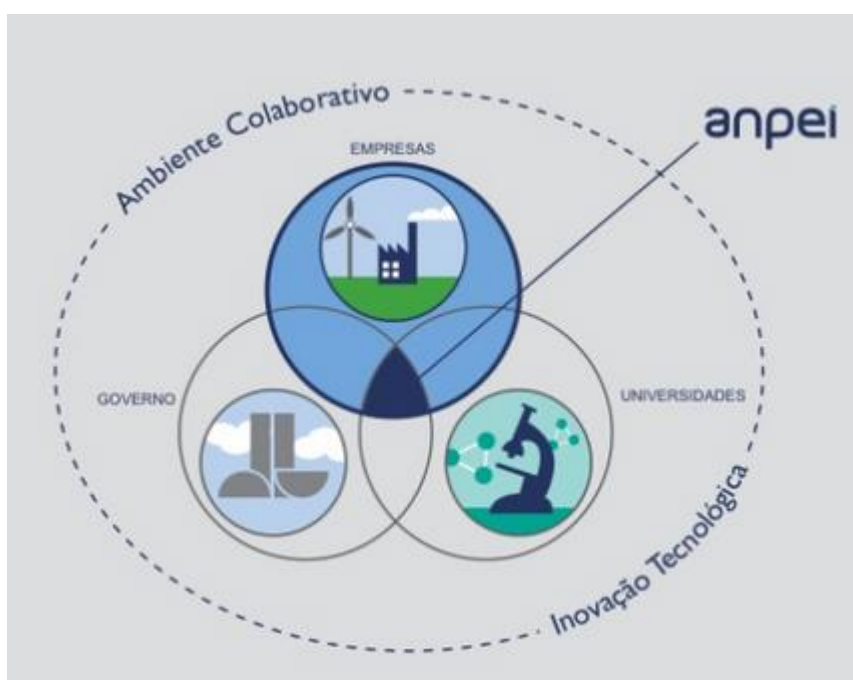


Figura 1- Posição da ANPEI dentro do Sistema Nacional de Inovação  
Fonte: (DANTAS, 2014)

Atualmente, a ANPEI conta com 252 associados, sendo 158 empresas, 82 entidades orientadas a P&D no segmento produtivo e 12 pessoas físicas. A associação possui associados de praticamente todos os setores industriais brasileiros bem como, participantes de todas as regiões do País, podendo mobilizar, com isso, diversas cadeias produtivas, tendo como associados empresas inovadoras de todos os portes.

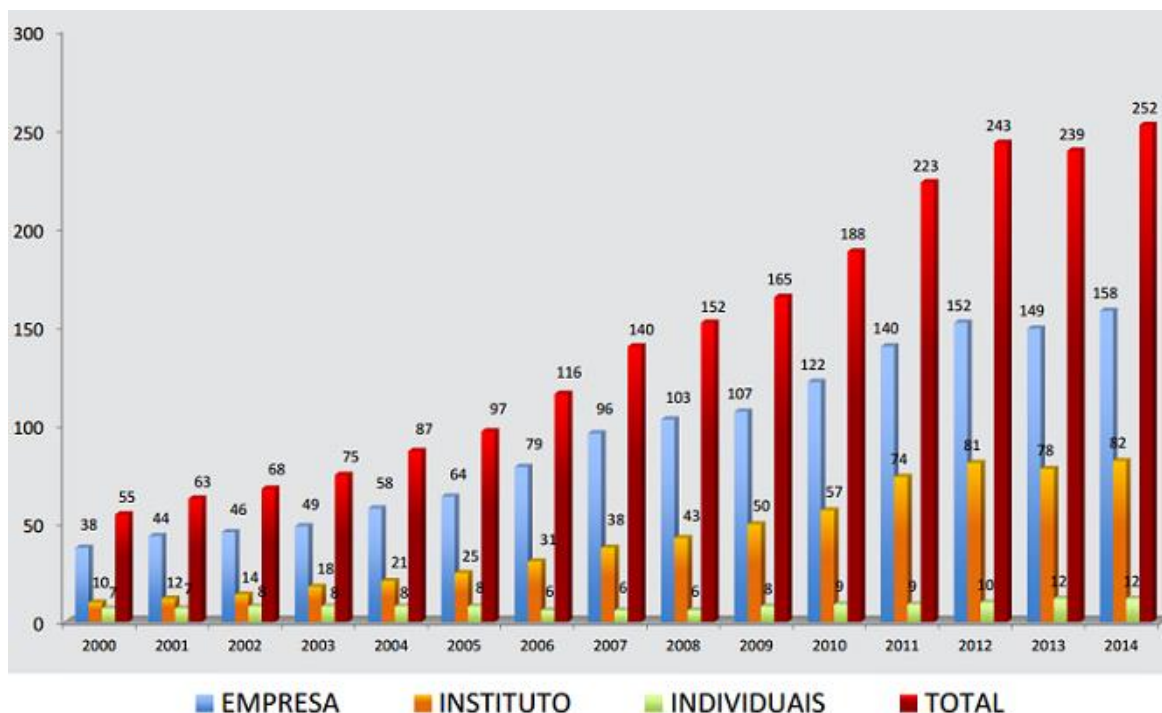


Figura 2 - Perfil dos Associados a ANPEI.

Fonte: (DANTAS, 2014)

## 2. METODOLOGIA

A natureza desta pesquisa é considerada aplicada, que segundo SILVA e MENEZES (2001) tem por objetivo “gerar conhecimento para aplicação prática imediata para solucionar problemas específicos”. Quanto a abordagem desta pesquisa, pode-se dizer que é qualitativa. A pesquisa qualitativa compreende um conjunto de técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados (LAKATOS, 2010). E quanto aos objetivos é descritiva, pois na pesquisa descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador.

Quanto aos procedimentos técnicos o presente trabalho foi constituído por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa do tipo bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, já a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico (GIL, 2008).

A parte referente ao referencial teórico desta pesquisa se enquadra como pesquisa bibliográfica, já a parte de resultados sobre a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras se enquadra como pesquisa documental, visto que foram analisados documentos e textos de autoria da própria ANPEI disponibilizados através de seu site oficial e de publicação bimestral (Jornal Engenhar) que a ANPEI possui. Segundo LUDKE E ANDRÉ (1986) “análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

### 3. ANÁLISE

Segundo Carvalho, Reis e Cavalcante (2011) quando se fala em inovação, há elementos internos e elementos externos das organizações que viabilizam o aproveitamento das oportunidades e contribuem para a capacidade de inovar. Segundo os autores os três elementos internos são: ambiente propício à inovação; pessoas criativas (empresários, funcionários, colaboradores), preparadas e estimuladas para inovar; e processo (ou método) sistemático e contínuo. E elementos externos como: políticas, investimentos e estímulos do governo; articulação entre associações e federações de empresas; abertura de universidades e institutos a parcerias; e financiamento e fomento a inovação.

Nesse sentido, a ANPEI representa um elemento externo das organizações para o incentivo à inovação. Como entidade representativa do segmento das empresas e instituições inovadoras dos mais variados setores da economia, a ANPEI atua junto às instâncias de governo e formadores de opinião, visando elevar a inovação tecnológica à condição de fator estratégico da política científica, tecnológica e econômica do Brasil. A entidade mantém uma carteira de projetos que a coloca em posição privilegiada para agir na sensibilização e na capacitação para a inovação tecnológica nas empresas, sejam as grandes organizações inovadoras ou as médias e pequenas empresas (ROSSI, 2010).

Quando a ANPEI foi criada muito pouco se falava em inovação no Brasil, no ano seguinte, logo após a instituição do Ministério da Ciência e Tecnologia em 1985, a ANPEI já buscou uma articulação com o governo federal para que o País construísse um marco legal que favorecesse as atividades de P&D. Um dos resultados desse engajamento foi a criação da primeira lei de incentivos fiscais para pesquisa e desenvolvimento (P&D), a lei 8.661, de junho de 1993, que serviu de base para a atual Lei do Bem (11.196/2005) (ANPEI, 2014).

Em 2013, por meio da Carta de Vitória, a ANPEI propôs mudanças no marco legal e iniciativas inéditas para o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Inovação, o documento foi entregue ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e entre as propostas estavam pontos como a criação de mecanismos e procedimentos que facilitem o acesso aos recursos para inovação e a cooperação entre empresas em programas de inovação, o uso dos incentivos fiscais da Lei do Bem pelas empresas que declaram seus impostos pelo regime de lucro presumido e a modernização da lei que regula o uso e o acesso à biodiversidade (ANPEI, 2013).

Uma das diversas ações que a ANPEI realiza são os Comitês Temáticos. Os Comitês Temáticos são uma iniciativa da ANPEI que tem como objetivo discutir temas considerados relevantes para as empresas associadas e seus gestores de pesquisa, desenvolvimento, tecnologia e inovação. Cada Comitê é formado por um grupo de profissionais com interesses comuns em um determinado tema que se reúnem para trocar experiências sobre o assunto em questão, consolidar as informações e divulgar os resultados aos demais membros associados da ANPEI e para a sociedade em geral (ANPEI, 2015).

Um dos resultados dos comitês da ANPEI, foi uma publicação inédita do “Guia de boas práticas para interação ICT-empresa” lançado em 2012 pelo comitê Interação ICT-Empresa. O grupo trabalhou no mapeamento das práticas de interação das empresas brasileiras com ICTs em projetos de inovação que resultou em um material muito rico. O “Guia de boas práticas para interação ICT-empresa” é um instrumento orientador para as empresas, universidades e institutos de pesquisa públicos e privados, fundações de apoio, órgãos de fomento e profissionais que buscam informações sobre como prospectar, estruturar, negociar, conduzir e manter parcerias entre ICTs e empresas no Brasil. O Guia oferece dicas para empresas de todos

os portes, bem como para ICTs em diferentes estágios de estruturação para parcerias (ANPEI, 2012).

Outro resultado a ser destacado também foi o desenvolvimento em 2014 do “Mapa do Sistema Brasileiro de Inovação” pelos comitês de Interação ICT - Empresa e o de Fomento à Inovação, o objetivo desse mapa da inovação é identificar os principais atores do sistema nacional de inovação e os fluxos de interação entre eles. Esse instrumento é de grande utilidade para quem quer inovar e não conhece o sistema de inovação brasileiro, pois o Mapa permite identificar os atores e o que cada um oferece (ANPEI, 2014).

A tabela 2 mostra de forma resumida os nomes dos Comitês, qual o objetivo e destaca algumas atividades que foram realizadas ou estão em andamento.

Tabela 2: Resumo dos Comitês Temáticos da ANPEI

| <b>Nome do Comitê</b>   | <b>Sobre</b>   | <b>Trabalhos/Atividades Realizadas ou em Andamento</b>   |
|---|--|--|
| Fomento à Inovação  | O Comitê tem como missão de mapear, interpretar e difundir as melhores práticas corporativas e institucionais vinculadas ao uso e a adequação dos instrumentos de fomento no Brasil voltados ao estímulo à inovação. | - Análise da nova regulamentação colocada em consulta pública pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).<br>-Participação no trabalho de revisão da Lei do Bem.<br>-Contribuição para a elaboração do Mapa da Inovação.                                 |
| Gestão da Inovação  | Esse comitê tem como objetivo trocar práticas e experiências na área de gestão da inovação.  | - Está organizando um documento com as práticas de gestão da inovação em uso.  |
| Promovendo a Interação ICT- Empresa                                 | Tem sido um fórum de discussão para efetivamente aproximar a academia e o setor empresarial, no esforço nacional de promover a inovação.   | - Em 2012 disponibilizou o Guia de Boas Práticas para Interação ICT – Empresa. -Atuou na elaboração do Mapa da Inovação.<br>-Contribuiu para a análise do projeto de lei 7.735/2014, que propõe um novo marco legal para o acesso à biodiversidade.                                  |
| Inovação em Serviços  | O Comitê atua no mapeamento e difusão das melhores práticas corporativas e institucionais vinculadas à inovação em serviços.   | - O grupo está identificando setores potenciais nos quais serviços inovadores, de elevado conteúdo tecnológico, possam alavancar a economia, como os segmentos aeronáutico, mineral e agrícola.  |
| Gestão da Propriedade Intelectual                                   | Este comitê tem a missão de mapear, interpretar e difundir as melhores práticas corporativas e institucionais vinculadas à gestão da propriedade intelectual (PI).   | - Em 2015, recebeu a demanda de estudar a proposta apresentada pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial sobre as diretrizes para o exame de pedidos de patente.<br>-Teve papel semelhante na elaboração do Projeto de Lei 7.735/2014, que trata do acesso à biodiversidade. |
| Promoção da Relação entre Grandes e MPMEs como alavanca da Inovação | O Comitê pretende mobilizar e integrar gestores de inovação, responsáveis pelas áreas investimento e de fomento, agentes do governo e organizações de financiamento para a inovação.                                 | - Para 2015, planeja organizar um mapa que identifique os principais problemas na relação entre grandes e pequenas, médias e microempresas, e também fazer um guia que forneça orientações para as empresas estabelecerem parcerias em inovação.                                     |

Fonte: Organizado pelo autor (ANPEI, 2014)



#### 4. CONCLUSÃO

A inovação é um elemento essencial na Economia do Conhecimento e imprescindível para uma empresa se manter competitiva e garantir seu lugar de destaque no mercado em que atua. No entanto, os benefícios da inovação não se restringem às empresas, podemos citar o crescimento e desenvolvimento econômico de um país que também se beneficia deste.

Cada país é responsável em planejar seu crescimento, organizar e estruturar ações para inovação que é um de seus elementos propulsores. Para que o Brasil possa ganhar um lugar de destaque no que diz respeito à inovação, muitas ações ainda precisam ser realizadas, seu SNI ainda precisa garantir que seus agentes interajam e se relacionem de forma mais eficaz. A falta de conhecimento e conscientização do setor empresarial da importância da inovação tecnológica também é uma barreira a ser rompida ainda.

Diante deste cenário podemos observar que a ANPEI ocupa um lugar de destaque como entidade que atua como catalizadora singular da inovação e da dinâmica do Sistema Nacional de Inovação. Os Comitês da ANPEI têm se mostrado extremamente atuantes em questões de maior importância para o País. A atuação da ANPEI tem um enorme destaque para o papel que ela exerce na integração dos vários atores do sistema em torno de uma agenda comum que conduz a inovação para o centro das discussões travadas no País sobre política industrial e científico-tecnológica. Ou seja, por fazer uma ponte entre a comunidade acadêmica, os órgãos governamentais e a comunidade empresarial, a ANPEI tem um papel central na construção de uma política de ciência, tecnologia e inovação para o Brasil.

#### REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. M . Christopher Freeman - The 'National System of Innovation' in Historical Perspective. **Revista Brasileira de Inovação**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 09-34, jun. 2004. ISSN 2178-2822. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/ojs/rbi/article/view/264/180>>. Acesso em: 21 Abr. 2015.

ANPEI – Associação nacional de Pesquisa e desenvolvimento das Empresas Inovadoras. Engenhar: o jornal da inovação. **Para um casamento perfeito**. Ano XVIII n. 4, ago/set. 2012. Disponível em: <<http://www.ANPEI.org.br/web/ANPEI/publicacoes-engenhar>> . Acesso em: 15 de maio de 2015.

ANPEI – Associação nacional de Pesquisa e desenvolvimento das Empresas Inovadoras. Engenhar: o jornal da inovação. **30 Anos à Frente da Inovação**. Ano XX n. 4, ago/set. 2014. Disponível em: <

<http://www.ANPEI.org.br/web/ANPEI/publicacoes-engenhar> . Acesso em: 5 de maio de 2015.

ANPEI – Associação nacional de Pesquisa e desenvolvimento das Empresas Inovadoras. Engenhar: o jornal da inovação. **Para destravar de vez a inovação no Brasil**. Ano XIX n. 3, mai/jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ANPEI.org.br/web/ANPEI/publicacoes-engenhar> > . Acesso em: 5 de maio de 2015.

ANPEI. **Sobre a ANPEI**. 2015. Disponível em: <<http://ANPEI.org.br/web/ANPEI/sobre-ANPEI>>. Acesso em: 29 mar. 2015

BERTOLI, J. L. A. **Uma Avaliação da Atividade de Inovação no Brasil em Perspectiva Comparada a Países Europeus**. 2013. 60 f. Monografia - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2013.

CARVALHO, H. G. de; REIS, D. R. dos; CAVALCANTE, M. B.. **Gestão da Inovação**. Curitiba: Aymara, 2011. 136 p. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-da-agencia-de-inovacao-1/livros-2>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. V. Fundamentos de Metodologia Científica, 7º edição, São Paulo, ed. Atlas, 2010, p 185.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUNDVALL, B. A. National Innovation Systems-Analytical concept and development tool. Industry and Innovation, vol. 14, n. 1, pp. 95-119, 2007.

MCTI (2011). **Estratégia Nacional de Ciência, tecnologia e inovação – INCTI 2012-2015**: Balanço das Atividades Estruturantes. Brasília, DF. 2012

DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. **Análise dos dados da PINTEC 2011**. Brasília: Ipea, dez. 2013. (Nota Técnica, n. 15)

OCDE. **Painel de Avaliação da OCDE para Ciência, Tecnologia e Indústria em 2013**. 2013. Disponível em: <<http://www.oecd.org/sti/sti-scoreboard-2013-brazil-portuguese.pdf>>. Acesso em: 5 de maio de 2015.

ROSSI, A. A Inovação e o papel da ANPEI no desenvolvimento tecnológico. **Revista Gestão & Tecnologia**, [S.l.], v. 6, n. 1, set. 2010. ISSN 2177-6652. Disponível em: <<http://revistagt.fpl.edu.br/get/article/view/172>>. Acesso em: 20 Abr. 2015.

SANTOS, J. O. **Inovação e Desenvolvimento: Uma Abordagem Sobre O Papel Recente Dos Estados no Sistema Nacional De Inovação Do Brasil**. 2010. 105 f. Tese (Doutorado) - Curso de Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2010.

SANTOS, D.A.; BOTELHO, L.; SILVA, A.N.S. **Ambientes Cooperativos no Sistema Nacional de Inovação: o Suporte da Gestão do Conhecimento**. UFSC, 2006. Disponível em: <<http://ngs.ufsc.br/artigos/2006/>>. Acesso em: 5 maio de 2015

SILVA, E. L. e MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2001.

SUZIGAN, W.; ALBUQUERQUE, E. M. **A interação entre universidades e empresas em perspectiva histórica no Brasil**, **Texto de Discussão 329**, Belo Horizonte, 2008.